

Coluna do Castello

Preços vão flutuar por algum tempo

SE alguma decisão o governo tomou com relação ao problema econômico-financeiro, é a de deixar flutuar por alguns meses a economia a fim de que se restaure a confiança nas leis do mercado e se torne possível a elaboração de um programa de estabilização que possa se tornar a base interna e externa de uma composição. O plano elaborado pelo ministro do Planejamento, sr. João Sayad, está sendo considerado irrealista pela pretensão de fazer preceder um novo congelamento de debate no Congresso, de modo a dar tempo a que os preços se situem em posição altamente favorável aos interessados, o que anularia qualquer efeito de um futuro controle.

O ministro Dilson Funaro, malgrado as pressões para substituí-lo, continua a ser a peça-chave da gestão desse setor, e sua excursão pelos países credores é identificada como uma missão de esclarecimento da decisão brasileira de tornar visível a vinculação da questão da dívida externa a uma política global da economia a abranger tanto os países devedores quanto os credores. O ministro da Fazenda teria assim condições de resistir por mais algum tempo às pressões internas do governo e externas dos empresários, políticos e economistas, e permanecer no posto como a opção ainda insubstituída do presidente.

Isso não impede que o sr. José Sarney continue a ouvir advertências de que a política do sr. Funaro esvaziou-se até mesmo por sua falta de informação econômica especializada e que, dentro do governo, se articulam sugestões para influir no ânimo do presidente, a fim de que ele se decida a pôr no lugar um economista jovem que tenha revelado pulso suficiente para tomar decisões que aliviem o quadro de impressão no qual se desenrola no momento a economia do país. Pelo menos um desses jovens economistas já tem sido chamado a conversar em Brasília, a fim de que concorde na apresentação do seu nome ao presidente da República.

Enquanto no setor econômico as coisas se desenvolvem como se fossem iminentes novas decisões, o presidente admite que possa fazer alterações ministeriais, mas não abdica da sua prerrogativa de escolher os novos ministros e de manter aqueles que, a seu critério, são de extrema utilidade ao seu governo. O ministro Marco Maciel, assim, não deixaria seu lugar para ser substituído

Economia Brasil

pelo senador Mauro Benevides, uma pessoa da confiança do deputado Ulysses Guimarães. A Casa Civil é área da influência privativa do presidente. Também o ministro Antônio Carlos Magalhães, pelas razões históricas que explicam sua presença no governo e por sua utilidade no exercício de funções de confiança, não estaria ameaçado.

Já o mesmo não se poderia dizer do ministro Abreu Sodré ou dos ministros João Sayad e José Hugo Castello Branco. Não está afastada a *idéia da criação do Ministério da Economia*, o que ajudaria a contornar os problemas criados pela saída desses dois últimos titulares. Não se deve esperar igualmente a nomeação do ex-governador Franco Montoro para qualquer ministério, pois sua designação importaria em criar problemas com os candidatos paulistas à sucessão presidencial, tais como os srs. Ulysses Guimarães e Orestes Quércia.

O presidente não pensaria também em articular escolhas de ministros com os governadores recém-empossados, com os quais prefere se entrosar em outras bases, como a *coordenação de medidas*, tais como a reforma tributária e a eliminação de atritos entre a União e algumas unidades federais alcançadas por dissensões nos últimos tempos. O presidente não pensaria também em voltar à *política dos governadores*, até mesmo para não dar a impressão de que necessita negociar com qualquer deles prazo de duração de seu mandato. Como disse ao sr. Ulysses Guimarães, seu mandato será o que a *Constituinte determinar*, pois, quanto a ele, se dará por satisfeito em ter cumprido seu dever de conduzir a transição até a elaboração da nova Constituinte. Não tem aspirações a afirmar e muito menos a negociar.

O presidente da República discorda da versão de que dispõe hoje do apoio solitário das Forças Armadas. Assegura ele que Exército, Marinha e Aeronáutica são obedientes à *chefia do poder civil*, e sua intervenção nos portos e nas refinarias de petróleo foi determinada pelo Palácio do Planalto. A Petrobrás solicitara do Exército a desocupação de quatro refinarias, mas o presidente, informado do fato, *determinou que fossem elas recuperadas até ordem em contrário*. O ministro Leônidas Pires Gonçalves cumpriu sem hesitar suas determinações.

O presidente está confiante no apoio de dois terços do Congresso, bem como dos novos governadores, com os quais tem mantido bons entendimentos preliminares. O sr. José Sarney não tem demonstrado viver sob tensões, revelando antes bastante tranquilidade. Seu encontro com o presidente da Alemanha, que, em discurso, enalteceu o papel do Brasil e de seu governo na retomada da democracia, o deixou satisfeito e certo de que se trata de um depoimento que irá ser levado em conta na hora das negociações externas.

Carlos Castello Branco